AO JUÍZO DA Xª VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXX - UF

Distribuição por dependência ao processo nº XXXX.XX.XX.XXXXXXXXX

representados por sua mãe "NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, cédula de Identidade nº XXXXXX, inscrita no CPF sob o nº XXX,XXX, residente e domiciliada no ENDEREÇO, CEP: XX,XXX-XXX, telefone: (XX) XXXXXXX, email: não possui, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**, com fundamento na legislação vigente, ajuizar a presente:

EXECUÇÃO DE ALIMENTOS

(sob o rito da penhora)

DO FATOS

Conforme consignado em Termo de acordo, o Executado se comprometeu ao pagamento de alimentos em favor da Exequente no valor mensal de XX (XXX) salário-mínimo no dia 10 de cada mês, na conta , Operação. , Ag. , BANCO .

O Executado também se comprometeu a custear integralmente o material escolar, a mensalidade escolar, bem como o transporte escolar da filha menor, ficou responsável também pelo pagamento do plano de saúde e de despesas ondontológicas da menor.

Todavia, o Executado não deposita os alimentos, referentes aos meses de MÊS de ANO a MÊS de ANO, onde o valor devido ao Exequente se encontra demonstrado na planilha abaixo:

TABELA ALIMENTOS

Valores atual	izados p	elo INPC até:	XX/XX/XXXX		
Data	Parcela	Parcela atualizada	Juros	Total	Saldo
XX/XX/XXXX	XXX,X	XXX,XX	X,X	X.XXX,X	X.XXX,XX
	X			X	
XX/XX/XXXX	XXX,X	XXX,XX	X,X	X.XXX,X	X.XXX,XX
	X			X	
XX/XX/XXXX	XXX,X	XXX,XX	X,X	XXX,XX3	XXX,XX
	X				
Total					3.026,24

Ainda, deverão serem pagos pelo Executado, os valores referentes ao custo do transporte escolar, mensalidade escolar e plano de saúde/ondontológico referente aos últimos meses, cabendo se destacar que até o final de ANO, a Exequente estudava em escola particular, sendo desde então tem negociado sem sucesso com o Executado para o pagamento das despesas de escola, transporte escolar e saúde da filha.

Nesse sentido, a Exequente estudava no Colégio TAL, onde conforme documento anexo, o valor da mensalidade para ANO, para a série da mesma é de R\$ XXX,XX, valor a ser considerado para o rito da penhora, eis que é o valor devido pelo genitor, que pelo seu não pagamento, gerou consequências negativas para a filha que se encontra estudando em escola pública, conforme planilha abaixo:

TABELA MENSALIDADE ESCOLAR

Valores at até:	ualizado	os pelo INPC	XX/XX/ XXXX		
Data	Parcel a	Parcela atualizada	Juros	Total	Saldo
XX/XX/ XXXX	XXX, XX	XXX,XX	XXX,XX	XXX,X X	XXX,XX
XX/XX/ XXXX	XXX, XX	XXX,XX	XXX,XX	XXX,X	XXX,XX
XX/XX/ XXXX	XXX, XX	XXX,XX	XXX,XX	XXX,X	XXX,XX
XX/XX/	XXX,	XXX,XX	XXX,XX	XXX,X	XXX,XX
XXXX XX/XX/	XXX,	XXX,XX	XXX,XX	XXX,X	XXX,XX
XXXX XX/XX/	XXX,	XXX,XX	XXX,XX	XXX,X	XXX,XX
XXXX XX/XX/	XXX,	XXX,XX	XXX,XX	XXX,X	XXX,XX
XXXX XX/XX/	XXX XXX,	XXX,XX	XXX,XX	XXX,X	XXX.XX
XXXX XX/XX/	XX XXX,	XXX,XX	XXX,XX	XXX,X	XXX,XX
XXXX	XXX, XXX,	XXX,XX	XXX,XX	XXX,X	XXX,XX
XX/XX/ XXXX	XX		·	X	,
XX/XX/ XXXX	XXX, XX	XXX,XX	XXX,XX	XXX,X X	XXX,XX
XX/XX/ XXXX	XXX, XX	XXX,XX	XXX,XX	XXX,X X	XXX,XX
Total					XX.XXX, XX

Valores atualizados pelo INPC até:				XX/XX/ XXXX		
Data		Parcel a	Parcela atualizada	Juros	Total	Saldo
XX/XX/ XXXX		XXX, XX	XXX,XX	X,X	XXX,X X	XXX,XX
XX/XX/ XXXX		XXX, XX	XXX,XX	X,X	XXX,X X	XXX,XX
Total						X.XXX,X X

Quanto ao transporte escolar, também pelo não pagamento do valor por parte do pai, a Exequente não pode usufruir desta comodidade para seu transporte

de casa para escola, onde conforme documento anexo, o valor mensal do transporte escolar é de R\$XXX,XX, valor a ser considerado para o rito da penhora, conforme planilha abaixo.

Ainda, em relação ao valor do transporte escolar, a Requerente não conseguiu obter um orçamento por escrito. Mas, por meio de conversa no Whatsapp com um proprietário de Van Escolar, o mesmo informou que o valor do serviço é de R\$ XXX,XX por mês.

TABELA TRANSPORTE ESCOLAR

Valores atualizados pelo INPC XX/XX/ até: XXXX						
Data	Parcel a	Parcela atualizada	Juros	Total	Saldo	
XX/XX/ XXXX	XXX, XX	XXX,XX	XXX,XX	XXX,X X	XXX,XX	
XX/XX/ XXXX	XXX, XX	XXX,XX	XXX,XX	XXX,X X	XXX,XX	
XX/XX/ XXXX	XXX, XX	XXX,XX	XXX,XX	XXX,X X	XXX,XX	
XX/XX/ XXXX	XXX, XX	XXX,XX	XXX,XX	XXX,X	XXX,XX	
XX/XX/ XXXX	XXX, XX	XXX,XX	XXX,XX	XXX,X	XXX,XX	
XX/XX/ XXXX	XXX, XX	XXX,XX	XXX,XX	XXX,X X	XXX,XX	
XX/XX/ XXXX	XXX, XX	XXX,XX	XXX,XX	XXX,X	XXX,XX	
XX/XX/ XXXX	XXX, XX	XXX,XX	XXX,XX	XXX,X	XXX,XX	
XX/XX/ XXXX	XXX, XX	XXX,XX	XXX,XX	XXX,X	XXX,XX	
XX/XX/ XXXX	XXX, XX	XXX,XX	XXX,XX	XXX,X	XXX,XX	
XX/XX/	XXX,	XXX,XX	XXX,XX	XXX,X	XXX,XX	
XXXX XX/XX/	XXX,	XXX,XX	XXX,XX	XXX,X	XXX,XX	
XXXX XX/XX/	XXX,	XXX,XX	XXX,XX	XXX,X	XXX,XX	
XXXX XX/XX/	XXX,	XXX,XX	XXX,XX	XXX,X	XXX,XX	
Total	XX			X	X.XXX,X	

Também deverá o Executado ser condenado ao pagamento do valor da compra do material escolar e uniforme da Exequente de janeiro de 2018, no valor atualizado de R\$ 495,33, conforme planilha abaixo:

TABELA MATERIAL ESCOLAR

Valores at até:	ualizado	os pelo INPC	XX/XX/ XXXX		
Data	Parcel	Parcela	Juros	Total	Saldo
	а	atualizada			
XX/XX/	XXX,	XXX,XX	X,X	XXX,X	XXX,XX
XXXX	XX			X	
Total					XXX,XX

Por fim, o Executado também foi condenado ao pagamento do plano de saúde/odontológico para a filha, onde por meio de pesquisa na Internet para Planos de Saúde para a idade da mesma, o valor médio é de R\$ XXX,XX (XXXX R\$ XXX,XX e XXXXX R\$ XXX,XX), que pelo fato do não fornecimento do plano de saúde pelo pai, a Exequente não tem hoje um Plano de saúde, fato que está prejudicando sua saúde, posto que sofre e necessita de tratamento para "pequeno derrame articular" no joelho, onde o valor mensal para execução do Plano de Saúde é de R\$ XXX,XX, valor a ser considerado para o rito de penhora:

TABELA PLANO DE SAUDE

Valores atua	lizados p	elo INPC	até:	XX/XX/XXXX		
Data	Parcela	Parcela at	ualizada	Juros	Total	Saldo
XX/XX/XXXX	XXX,X		XXX,XX	XXX,XX	XXX,XX	XXX,XX
	X					
XX/XX/XXXX	XXX,X		XXX,XX	XXX,XX	XXX,XX	XXX,XX
	X					
XX/XX/XXXX	XXX,X		XXX,XX	XXX,XX	XXX,XX	XXX,XX
	X					
XX/XX/XXXX	XXX,X		XXX,XX	XXX,XX	XXX,XX	XXX,XX
	X					
XX/XX/XXXX	XXX,X		XXX,XX	XXX,XX	XXX,XX	XXX,XX
	X					

XX/XX/XXXX	XXX,X X	XXX,XX	XXX,XX	XXX,XX	XXX,XX
Total					X.XXX,XX

DA EMPRESA FAMILIAR QUE O EXECUTADO TRABALHA

Por fim, cumpre destacar que o Executado trabalha na empresa XXXXXXXXXXX(ENDEREÇO), que mesmo se encontrando registrada em nome de sua esposa, é o Executado quem administra os contratos/funcionários, realiza viagens para outros Estados para a prestação de serviços, podendo tais fatos serem provados por meio da oitiva de testemunhas a serem arroladas em momento oportuno.

Nesse sentido observa-se que no documento da empresa junto a Receita Federal (CNPJ) o e-mail de contato é xxxxxxxxa hyperlink "mailto:joaobatista04@gmail.com"XXXXXXX hyperlink "mailto:joaobatista04@gmail.com".com, Ou seja é o email pessoal do Executado.

<u>Também, por meio de pesquisa junto ao Google verifica-se a quantidade de contratos firmados pela empresa em questão, onde são inúmeros os contratantes.</u>

Assim, hoje o Executado tem plenas condições de arcar com o pagamento dos alimentos em atraso devidos a filha.

DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

- sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, do CPC;
- <u>seja realizada penhora ON LINE, de numerário e/ou aplicações financeiras do Executado, nos termos do art. 854, do CPC, no valor devido de R\$ XX.XXX,XX, para assegurar a eficácia da presente execução;</u>
- <u>na sequencia seja determinada a intimação do Executado (art. 513, §2, do CPC),</u> para, no prazo de 15 (quinze) dias efetuar o pagamento do valor devido de R\$

XX.XXX,XX, a ser depositado na conta n° , agência, operação, BANCO TAL, em nome da genitora do menor;

- caso o Executado não efetue o pagamento dos alimentos no prazo legal, requer caso não tenha sido deferido o pedido do item b, retro, **que seja realizada penhora**ON LINE de numerário e/ou aplicações financeiras do Executado no valor total de R\$ XX.XXX,XX, que compreende o principal mais a multa de X% (R\$ X.XXX,XX) e os honorários a favor do PROJUR de XX% (R\$ X.XXX,XX), a incidir ambos os percentuais sobre o valor do débito, nos termos do art. 523, § 1° do CPC;
- caso o Executado não efetue o pagamento do débito alimentar no prazo legal, requer seja determinado também o protesto do pronunciamento judicial, nos termos do art. 517, do CPC, bem como, a inclusão do nome do Executado junto aos cadastros do SPC-SERASA, nos termos do art. 782, § 3º do CPC;
- a intervenção do Ministério Público;
- a condenação do Executado ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios a serem revertidos ao PRODEF.

Requer, ainda, provar o alegado por todos os meios de provas em direitos admitidos, especialmente pelos documentos que acompanham a presente ação.

<u>Valor da causa: R\$ XX.XXX,XX</u>

<u>Nesses termos, pede deferimento.</u>

XXXXXXX/UF, DIA <u>de MÊS de ANO.</u>

FULANO DE TAL_ Representante legal da Representante

FULANO DE TALDefensor Público do Distrito Federal